

jornal da tarde

Publicado pelo S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55. tel.: 856-2122 (PABX).



JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita.
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

O desastre não vai ensinar nada a ninguém?

As reações das autoridades econômicas e do presidente José Sarney diante do evidente descalabro e descontrole em que se encontra a economia brasileira — ressuscitando o nada pranteado Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), prometendo manter os preços sob absoluto controle e até ameaçando com uma blitz de punições quem ousar desobedecer o CIP e a Sunab — mostram que ninguém em Brasília aprendeu coisa alguma com a ascensão e derrocada do Plano Cruzado. O presidente da República pode até mudar alguns ministros e assessores do segundo escalão — o que seus porta-vozes negam peremptoriamente — mas o essencial não será alterado: o sistema irá continuar funcionando exatamente como funcionava no período Geisel, no período Figueiredo e em todo esse tempo de Nova República.

Economistas de várias escolas e tendências, com ou sem experiência na administração pública, têm, nos últimos meses, mais especificamente após a edição do Plano Cruzado II, divulgado análises mais ou menos profundas sobre a economia brasileira, apontando as falhas que teriam sido cometidas no planejamento e execução do Programa de Estabilização Econômica. As críticas estão centradas, quase unanimemente, em questões que vão da dosagem de certas medidas ao atraso em algumas correções e a precipitação de outras. É o congelamento que foi muito prolongado, a política fiscal e a política monetária que estiveram frouxas, a liberalidade com as taxas de juros, o engessamento do câmbio etc. etc. e tal. Ninguém, por enquanto, feriu o que nos parece o ponto essencial.

O fracasso do Plano Cruzado não se deve, simplesmente, a este ou àquele erro cometido durante seu percurso, como o compulsório de julho ou as medidas corretivas de novembro. Não foi também o fracasso de uma equipe ou de um homem. O que assistimos, na realidade, foi a derrocada de toda uma concepção sobre a maneira de dirigir a economia de um país. O que estava errado, desde o início, era a filosofia em que se baseava a política econômica posta em prática a partir de 28 de fevereiro. Uma filosofia que os homens que hoje estão no governo chamam de estruturalismo e que o Prêmio Nobel de Economia, Friedrich Von Hayek, define como **construtivismo racionalista ou racional construtivismo**.

É a concepção de pessoas que acreditam ser possível sentar ao redor de uma mesa, como um grupo de arquitetos, e elaborar uma planta para a sociedade e, depois, convocar um punhado de tecnocratas para, da mesma maneira como os engenheiros fazem um edifício, construir esta sociedade. “Vamos construir este país” — costuma dizer com frequência o ministro Dilson Funaro, na mais precisa definição desta visão distorcida que nossos homens públicos têm da função do Estado.

Primeiro, devemos registrar que a Nação e a sociedade brasileiras já estavam construídas não só muito antes de o ministro da Fazenda nascer mas muito antes da família Funaro aqui haver aportado. Ademais, o governo (a direção dos negócios do Estado) é, simplesmente, a reunião de algumas cabeças de uma sociedade já formada, com delegação para agir de acordo com os interesses do conjunto de todos os cidadãos. O Estado e o governo existem porque antes deles existe uma sociedade (um país) organizada (construído).

Nós vivemos em uma época em que o mito da capacidade do Estado de construir tudo, de tudo prover e promover, está sendo destruído em todas as partes do globo, até em países como a China e a União Soviética. Esses países depois de experimentar o controle total do Estado sobre a economia estão sendo batidos recentemente por um forte vento liberalizante, em que procedimentos capitalistas estão sendo introduzidos em seus sistemas econômicos, tanto por Deng Xiaoping quanto por Gorbachov. Uma tentativa de salvar duas economias que se encontram estagnadas há décadas e que não têm condições de competir com as economias dos países desenvolvidos do Ocidente. O ministro do Comércio Exterior da União Soviética, Yuri Kislenko, anunciou ontem mais uma dessas heresias: pela primeira vez desde 1917 seu país vai permitir a associação de empresas estrangeiras com indústrias locais. Estas joint-ventures, nas quais as empresas estrangeiras poderão participar com 49% do controle das estatais soviéticas, visa atrair capitais externos, modernizar a obsoleta indústria do país e reduzir o controle do Estado sobre os meios de produção.

Enquanto isto se passa lá fora, aqui no Brasil ainda vicejam, no aparelho burocrático estatal e no principal partido da situação, essas concepções já em desuso, esse mito de que o Estado pode “construir” tudo. Colocado diante de uma explosão inflacionária, um balanço de pagamento em queda e uma generalizada insatisfação de empresários e trabalhadores, o presidente José Sarney não teve nenhuma idéia melhor para enfrentar a situação do que a de exumar o CDE para iniciar “uma luta de morte contra a inflação”. (Aquele mesma inflação cuja morte ele assumiu meses atrás!) Foi neste restrito “conselhinho de sábios” que o general Geisel exerceu sua imperial presidência e nos legou, entre centenas de absurdos, coisas como a Ferrovia do Aço e o Acordo Nuclear com a Alemanha, pelos quais até hoje estamos pagando. O presidente José Sarney parece ainda acreditar que de sua cabeça e das de mais oito ministros reunidos neste conciliábulo irão sair miraculosas soluções para os problemas da economia brasileira. O que eles não conseguiram, digase de passagem, durante todo esse período em que estão mandando e desmandando no País.

Sarney e Funaro (que falam tanto em “opção pelos pobres”), antes de aprofundar ainda mais as desastrosas intervenções do governo no sistema econômico, devem meditar sobre esta lição contida num artigo do professor Benedito Ferri de Barros publicado ontem pelo jornal O Estado de S. Paulo:

“Nas sociedades humanas inexiste outra força capaz de manipular o mercado e a lei em benefício dos fortes além do Estado. Como o Estado é composto de homens que — numa concepção de boa convivência democrática — também, ou mais do que ninguém, devem estar sujeitos às leis do mercado e ao império da lei, é indispensável que a concorrência do voto discipline sua seleção e que seus direitos e deveres sejam, como os dos demais cidadãos, claramente estipulados. Pois é da experiência histórica universal que só eles têm força suficiente para conceder privilégios que o mercado não outorga e garantir desigualdades legais e impunibilidade para si e os seus que nenhuma Justiça reconhece. Assim, aqui novamente, ao contrário das demais doutrinas fundamentalmente antidemocráticas, que vêem na ampliação do poder de Estado um instrumento de defesa dos fracos, o liberalismo vê, na circunscrição das atribuições conferidas ao Estado e na submissão dos homens que exercem funções públicas a limites e responsabilidades claramente definidos por leis, a garantia mais eficaz de que os interesses de todos não serão violados pelo poder ilimitado de alguns.”

Com o seu “construtivismo racionalista” o governo conseguiu, senão destruir, pelo menos desorganizar totalmente a economia brasileira. Por que não experimentar agora, pela primeira vez no Brasil, o sistema de livre iniciativa, o neocapitalismo? Durante 20 anos de governos militares e mais dois de Nova República não se fez outra coisa neste país a não ser cercear as ações dos agentes econômicos privados, empresários e trabalhadores. Por que não experimentar uma vez pelo menos dar-lhes plena liberdade e cercear a liberdade de intervir do Estado?